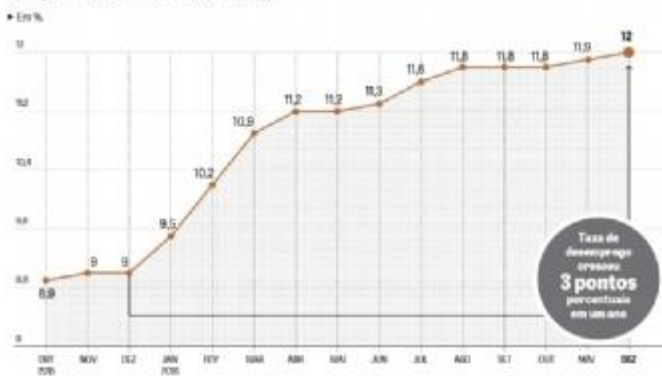


Número de empregados sem carteira e por conta própria aumenta em 2016

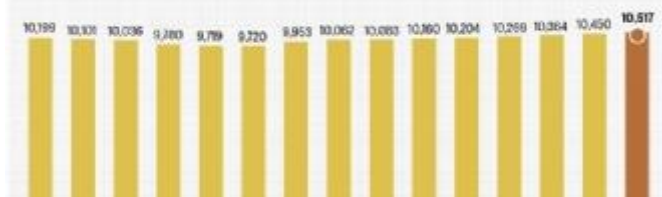
Taxa de desemprego chegou a 12% no final do ano passado, a maior desde 2012; avanço da busca por postos de trabalho, entretanto, seria causada por maior otimismo com a situação econômica

Inteligência em tempo real em sua versão em português



Número de trabalhadores sem carteira no setor privado

• Em milhões de pessoas



São Paulo - A quantidade de trabalhadores sem carteira assinada no setor privado subiu 4,8% na comparação entre o último trimestre do ano passado e igual período de 2015, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada ontem.

O levantamento, que é feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também mostrou avanço de 3,4% no grupo de pessoas que trabalha por conta própria no mesmo período.

InformeDESIN

Os dois aumentos estariam ligados à redução de 3,9% no número de funcionários com carteira assinada no setor privado. "As pessoas que perdem o emprego formal vão para a informalidade ou abrem seus negócios", explicou Flávia Vinhaes, pesquisadora do IBGE.

No caso do trabalho sem carteira, também pesaria o fator sazonal. "Durante o último trimestre, temos a abertura de vagas relacionadas às festas de fim de ano, principalmente nos setores de comércio e serviços", disse ela.

Com os crescimentos vistos no trimestre passado, a quantidade de funcionários sem carteira assinada chegou a 10,5 milhões de pessoas. Já o número de trabalhadores por conta própria alcançou 22,1 milhões de pessoas.

No sentido contrário, o grupo de funcionários com carteira assinada no setor privado contava com 34 milhões de pessoas entre outubro e dezembro de 2016.

Professor de economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Pedro Raffy indicou que as perdas no mercado formal devem continuar nos próximos meses.

Entretanto, essa trajetória poderia mudar no quarto trimestre de 2017. "Existe a expectativa de uma leva melhor do trabalho com carteira assinada para os últimos meses deste ano", afirmou ele.

Essa recuperação, seguiu Raffy, seria causada principalmente pelo fator sazonal, mas também por uma possível melhora da economia brasileira.

Mais otimismo

O aumento de 2,7% no número de desempregados ante o terceiro trimestre também chamou atenção. Isso porque o avanço foi acompanhado por alta de 0,5% da quantidade de ocupados, que chegou a 90,3 milhões nos últimos três meses do ano passado.

Na opinião de Raffy, há uma visão mais otimista no País sobre o futuro da economia, o que teria causado a expansão do grupo de pessoas que procuram emprego. O fator sazonal também foi citado, já que este favoreceria uma procura maior por trabalho no Brasil.

Nesse cenário, a taxa de desemprego chegou a 12% no último trimestre do ano passado. É o patamar mais elevado desde 2012, quando teve início a série histórica da Pnad.

Para Joelson Sampaio, professor de economia da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), as perdas no mercado de trabalho devem continuar durante o primeiro semestre de 2017.

InformeDESIN

"A taxa deve crescer mais nos próximos meses como um reflexo da recessão dos últimos dois anos. Mas a provável retomada da economia e o avanço da reforma trabalhista devem fazer esse cenário melhorar no segundo semestre", ponderou.

Raffy seguiu a mesma linha. De acordo com ele, a crise política e a elevada taxa de juros são os principais entraves para a recuperação do emprego, que pode começar na segunda metade deste ano.

Mais patrões

A Pnad ainda apontou um crescimento de 4,8% na quantidade de empregadores, na comparação com o último trimestre de 2015. As 4,1 milhões de pessoas que fazem parte dessa categoria são donas de negócios que contam com um ou mais funcionários.

Segundo Vinhaes, esse aumento, assim como o do conta própria, seria causado pelo recuo do emprego com carteira assinada. "É o caso do trabalhador formal que é demitido e usa o valor da rescisão para começar seu empreendimento."

Já o número de empregados no setor público recuou 0,6% em um ano, para 11,250 milhões no final de 2016.

Também foi registrado um avanço do mercado de trabalho em áreas relacionadas à melhora sazonal de fim de ano. Na comparação com o terceiro trimestre de 2016, houve alta de 3,3% na quantidade de empregados pelo comércio. Ainda subiram os setores de transporte (+2,5%) e de alimentação (3,1%).

Outras estatísticas do levantamento mostraram que os salários dos brasileiros empregados não tiveram perdas durante o último ano.

O rendimento médio real dos trabalhadores (R\$ 2.043) nos últimos três meses de 2016 ficou estável em relação ao trimestre anterior (R\$ 2.026) e, também, em relação a igual trimestre de 2015 (R\$ 2.033).

(FONTE: DCI 01/02/2017)

InformeDESIN

Mais de 1,8 milhão de empresas são criadas

São Paulo - Indicador Serasa Experian de Nascimento de Empresas, divulgado ontem, mostra que foram criadas no Brasil 1.855.901 novas empresas entre janeiro e novembro do ano passado, o maior número para o período desde 2010.

Conforme a instituição, trata-se de uma quantidade 0,2% superior ao anotado em 11 meses de 2015, quando ocorreram 1.851.362 nascimentos de negócios.

Em novembro de 2016, porém, houve queda de 4,4% nas criações de empreendimentos em relação ao mês anterior: o indicador apontou o surgimento de 152.943 empresas, número menor que os 159.991 registrado em outubro.

De acordo com os economistas da Serasa Experian, apesar de o período entre janeiro e novembro de 2016 apresentar um número recorde de novas empresas no País, determinado pelo chamado empreendedorismo de necessidade, já é possível observar tendência de desaceleração na criação de novos negócios.

Por porte, os novos Microempreendedores Individuais (MEIs) registrados em 11 meses do ano passado chegaram a 1.464.292, contra 1.411.931 no mesmo período de 2015, alta de 3,7%.

O setor de serviços continua sendo o mais procurado por quem quer empreender: de janeiro a novembro de 2016, 1.162.282 novas empresas surgiram neste segmento, o equivalente a 62,6% do total.

(FONTE: DCI 01/02/2017)



Desemprego sobe e mantém tendência para o 1º semestre

A taxa de desemprego manteve em dezembro a trajetória de alta observada no decorrer de todo o ano de 2016. Com queda forte no nível de emprego, que há cinco trimestres móveis consecutivos recua mais de 2% sobre igual intervalo do ano anterior, o mercado de trabalho ainda não dá sinais de que seu ciclo de ajuste tenha chegado ao fim. As projeções disponíveis indicam que o desemprego continuará crescendo até o fim do segundo trimestre, encerrando 2017 em nível ainda alto, acima de 12%. No último trimestre do ano passado, a taxa chegou a 12%, vindo de 11,9% no trimestre até novembro e de 9% no mesmo período de 2015. Excluídos os efeitos sazonais, conforme o cálculo feitos por consultorias e instituições financeiras, o indicador da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua avançou de 12,6% para 13%. "Não só a taxa não tem estabilizado, como continua piorando", afirma Thiago Xavier, da Tendências Consultoria. Mesmo com a expectativa de que o país volte a gerar novos empregos a partir do segundo semestre, os cortes esperados para esta primeira metade do ano levariam a ocupação a recuar 1%, ele diz, depois de encolher 1,9% em média em 2016. Em paralelo, na medida em que a atividade der sinais mais concretos de recuperação, a procura por trabalho, hoje fraca, deve reaquecer. Quem hoje está fora do mercado de trabalho porque vê limitadas as chances de recolocação, avalia o economista, voltaria a tentar, expandindo a força de trabalho e pressionando o desemprego. A força de trabalho chegou a crescer apenas 0,8% e 0,6% em setembro e outubro, no confronto com iguais períodos de 2015, depois de avançar 1,8% em média no primeiro semestre. Esse movimento, na opinião do economista Cosmo Donato, da LCA Consultores, já é visível nos indicadores do último trimestre de 2016, quando a força de trabalho cresceu 1,3% sobre igual período de 2015, o

InformeDESIN

maior resultado desde julho do ano passado. A oferta de mão de obra foi responsável por 1,2 ponto percentual do incremento da taxa de 9% para 12% entre o último trimestre de 2015 e o mesmo período de 2016. A contribuição mais expressiva, observa o economista, confirma a inversão da tendência observada desde meados do ano até outubro, quando a busca por novas vagas vinha pressionando cada vez menos o desemprego configurando o chamado "efeito desalento". No cenário da LCA, a ocupação encolherá 1,1% neste ano, com alta de 1,45% da força de trabalho. O professor emérito do Instituto de Economia da UFRJ João Saboia chama atenção para a redução forte do emprego com carteira assinada. Foram 1,4 milhão de vagas cortadas em 2016, número muito próximo do apurado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 1,3 milhão. A proporção de postos formais no total de vagas do país chegou em dezembro a 37,7%, a menor parcela desde o início da série histórica da Pnad Contínua, em 2012. Outra medida da precarização do mercado de trabalho em 2016 foi a queda, a partir setembro, do emprego por conta própria, que vinha absorvendo parte daqueles que perderam sua posição no mercado formal. "Quem ainda vem abrindo vagas é o setor informal, uma categoria que, com exceção do serviço doméstico, tem a menor renda média da Pnad", ele acrescenta. A ocupação no mercado informal encerrou o ano com estabilidade em relação a 2015, mas com tendência de alta entre setembro e dezembro. "A janela de entrada para o mercado de trabalho foi a informalidade", afirmou o coordenador de trabalho e rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, destacando a comparação de curto prazo entre o terceiro e quarto trimestres de 2016, quando o emprego por conta própria subiu 1,3% e o sem carteira, 2,4%. Ainda nesse confronto, ele ressalta a geração de 559 mil postos no comércio, alta de 3,3%, superior inclusive ao incremento de 0,8% observado entre o terceiro e quarto trimestres de 2015. É um resultado positivo, diz o pesquisador, mas é preciso esperar para ver "se isso vai se consolidar". O fim do ano, ele pondera, é marcado por contratações temporárias, que podem ou não ser efetivadas nos meses seguintes. Para Saboia, da UFRJ, a perspectiva para o emprego em 2017, apesar da

InformeDESIN

expectativa de retomada da economia, é ruim, já que o cenário é ainda de bastante incerteza. "As empresas precisam ter mais segurança até que voltem a contratar". O aumento do desemprego que marcou 2016 vai se estender, pelo menos, até o fim do primeiro semestre de 2017, avalia Xavier, da Tendências. No cenário da instituição, a taxa deve passar dos atuais 12% para nível próximo de 14% entre abril e maio. A partir de então, ela começaria a ceder, chegando próximo de 12,5% em dezembro e fechando o ano na média de 13%. "O processo de ajuste continua", ele pontua. Em 2018, a taxa média cederia, mas, ante pressão maior da força de trabalho, seguiria em patamar alto.

(FONTE: VALOR 01/02/2017)

Inflação em queda ajuda a diminuir perda real de salários

A trajetória de queda da inflação que ajudou a segurar a perda de valor dos salários em 2016 continuará jogando a favor dos rendimentos em 2017, quando se espera que o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) ceda dos atuais 6,29% para algo próximo de 4,5%. Diante da continuidade do ciclo de corte de vagas nos próximos meses, contudo, o impacto positivo da melhora sobre o consumo será limitada, dizem economistas. "Em 2016, esse efeito foi forte para as categorias mais pobres, que têm a renda mais atrelada ao salário mínimo, reajustado em quase 11%", afirma João Saboia, do Instituto de Economia da UFRJ. No ano passado, o INPC cedeu quase cinco pontos percentuais, de 11,28% nos 12 meses até janeiro para 6,58% em dezembro. A renda média real acompanhada pela Pnad Contínua diminuiu 2,5% em termos reais em 2016, com uma tendência mais benigna no segundo semestre, justamente quando os índices de preço passaram a desacelerar mais. Depois da queda de 4,2% no trimestre até junho, na comparação com igual período de 2015, os recuos foram cada vez menores, com alta de

7

0,5% em dezembro, depois de 14 resultados negativos seguidos. "Se a inflação ceder de fato para algo em torno de 4,5%, só aí serão dois pontos de ganho", diz Saboia. A melhora, contudo, não deve se traduzir na mesma proporção sobre o consumo, já que, diante do recuo forte da ocupação em 2016, de 1,9% em média, e da expectativa de mais uma retração em 2017, a massa de rendimentos deve ter desempenho pior. "É provável que caia menos do que os 3,5% de 2016 ou até estabilize, mas é importante lembrar que a trajetória de recuperação dos rendimentos só favorece quem está empregado, e a capacidade da economia de gerar novas vagas hoje é limitada", afirma Saboia. Além da inflação, acrescenta Thiago Xavier, da Tendências Consultoria, a recuperação na trajetória da renda também se deve à redução expressiva do emprego entre os trabalhadores por conta própria, que geralmente recebem menores salários. "Por causa desse efeito estatístico, eu teria um pouco de cautela com esse número. Parte da melhora na renda vem desse efeito de mudança na composição da ocupação", ressalva. Para ele, também é difícil vislumbrar recuperação consistente do consumo das famílias ainda neste ano. "O alívio no comprometimento da renda vai ser pequeno, assim como a melhora esperada para o crédito. Não vejo reversão da tendência".

(FONTE: VALOR 01/02/2017)

Governo aprova orçamento para licença paternidade

As empresas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã já podem conceder com maior segurança a licença paternidade estendida de cinco dias para 20 dias em troca de deduções fiscais. A possibilidade do abatimento de impostos ainda gerava dúvidas entre advogados de companhias, mas o benefício entrou na projeção de gastos tributários para 2017 do governo federal. Há 19.642 empresas que participam do programa para prorrogação da licença maternidade e paternidade, segundo o site da Receita Federal. A

InformeDESIN

perspectiva de gastos do governo com o incentivo fiscal para este ano é de R\$ 204, 621 milhões. O valor refere-se ao Imposto de Renda sobre a remuneração paga à empregadas, durante os 60 dias de prorrogação da licença maternidade ou 15 dias de prorrogação da licença paternidade. O que representa 0,02% da arrecadação, segundo o volume II, página 91, item 13, do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2017. Segundo técnicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a Lei nº 13.257, de 2016, que instituiu a possibilidade de prolongamento da licença paternidade com isenções fiscais, estabeleceu que a vigência do benefício estaria acompanhada do documento anexado ao Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), conforme o parágrafo 6º do artigo 165, da Constituição. O fato de ter sido publicado no PLOA e não ter sido vetado no Congresso, segundo os técnicos, significa que a medida está em vigor. A receita que está na Lei Orçamentária Anual, segundo os técnicos, levou em consideração o que estabeleceu o projeto de lei orçamentária, e por isso, a concessão do benefício está valendo. A Receita Federal, porém, ainda deve fazer uma nova regulamentação sobre a dedução desses benefícios, segundo nota enviada ao Valor pela assessoria de imprensa. Mas mesmo antes da norma sair, o órgão diz que as empresas já podem conceder os 20 dias com o abatimento fiscal. A sócia da área trabalhista do escritório Machado Meyer, Caroline Marchi, afirma que tem recebido vários questionamentos de seus clientes que tinham dúvidas se a concessão da licença paternidade de 20 dias, com as deduções fiscais, já estaria em vigor. Com a aprovação desse orçamento pelo governo federal, segundo a advogada, já há uma maior segurança para a concessão do benefício, nos mesmos moldes da licença maternidade. A prorrogação das licenças têm que ser requeridas pela empregada ou empregado no caso das empresas que participam do Programa Empresa Cidadã. No caso da licença paternidade o funcionário deve requerer a ampliação no prazo de até dois dias úteis após o parto. A empresa então arca com a remuneração integralizada no período de ampliação de licença paternidade (do 5º ao 20º dia) em troca de deduções no imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ). De acordo com o advogado

InformeDESIN

Giancarlo Borba, sócio trabalhista do escritório Siqueira Castro Advogados, ainda faltam informações para as empresas sobre a regulamentação específica que trata do programa, o que tem gerado insegurança para aderir.

(FONTE: VALOR 01/02/2017)